

<b>Título do capítulo</b>	CAPÍTULO 10 – A TRAJETÓRIA SÓCIO-ORGANIZATIVA DO MOVIMENTO SOCIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL
<b>Autores(as)</b>	Sandro Pereira Silva
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-013-4/cap10">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-013-4/cap10</a>

<b>Título do livro</b>	DINÂMICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS
<b>Organizadores(as)</b>	Sandro Pereira Silva
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2020
<b>Edição</b>	-
<b>ISBN</b>	978-65-5635-013-4
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-013-4">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-013-4</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## A TRAJETÓRIA SÓCIO-ORGANIZATIVA DO MOVIMENTO SOCIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL<sup>1</sup>

Sandro Pereira Silva<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como foco o movimento social de economia solidária no Brasil, que, apesar de difuso e de difícil enquadramento teórico, produziu nos últimos anos uma lógica discursiva que aglutinou diversos atores voltados a construir projetos sob perspectivas sociais similares. O objetivo central foi analisar como se deu a formação de uma identidade coletiva nacional e institucionalizada no âmbito da sociedade civil sob um novo paradigma mobilizatório, organizado em torno da defesa do trabalho associado e de relações econômicas não restritas à esfera mercantil. Especificamente, buscou-se identificar algumas de suas principais particularidades contextuais, tais como: multiplicidade de sujeitos, estratégias organizacionais e interações políticas.

Em termos de abordagem teórica, optou-se por uma revisão de algumas das principais teorias de movimentos sociais presentes na literatura, no intuito de montar um instrumental conceitual apropriado que permitisse captar a dinâmica mobilizatória do movimento de economia solidária no Brasil, entendendo-o como um fenômeno social contra-hegemônico historicamente contextualizado para a reivindicação de demandas coletivas específicas. A linha argumentativa está ancorada na trajetória de realização das plenárias nacionais de economia solidária. Nesse sentido, as fontes documentais utilizadas foram: as atas, as sistematizações, e os relatórios finais das plenárias; além de relatos orais de participantes, que em seu conjunto forneceram um acervo bastante volumoso de informações para a compreensão da complexidade do fenômeno estudado.

O texto está organizado em cinco seções, incluindo-se esta introdução. Na seção 2, são apresentadas algumas orientações teóricas no campo de estudo sobre movimentos sociais e seus principais conceitos utilizados nesta pesquisa. Na seção 3,

---

1. Este capítulo se refere a uma versão revisada de texto publicado pelo Ipea como *Texto para Discussão* nº 2.367. Disponível em: <<https://is.gd/yObYoN>>.

2. Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

discutem-se brevemente as principais características contextuais e identitárias que permitem classificar economia solidária como um paradigma de mobilização social. A seção 4 aborda mais diretamente a trajetória de formação do movimento de economia solidária no Brasil, a partir dos processos de construção de suas plenárias nacionais. Por fim, são tecidas as considerações finais.

## 2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A temática dos movimentos sociais foi bastante explorada pelas ciências humanas ao longo do século XX, principalmente em sua segunda metade. De início, esteve muito atrelada aos conflitos derivados da relação capital-trabalho, com destaque para a mobilização operária em organizações sindicais. Com o tempo, foram sendo agregados novos elementos de análise, diversificando o escopo empírico para a abordagem conceitual, o que propiciou o surgimento de diferentes vertentes explicativas e linhas de pesquisa sobre as lógicas que determinam o comportamento coletivo (Gohn, 1997). Vale destacar algumas teorias que alcançaram bastante popularidade entre estudiosos do campo.

A teoria da mobilização de recursos (TMR) parte da avaliação de que um movimento social segue as mesmas regras de qualquer outra organização, como partidos políticos e até mesmo grandes corporações. Seus teóricos ancoram-se em uma abordagem utilitarista, na qual se privilegia a racionalidade individual em detrimento do conteúdo ideológico e de valores subjetivos na formação de agrupamentos sociais para a ação coletiva. Sob tal perspectiva, o único fator relevante na análise da ação coletiva, sem o qual esta não se viabilizaria, é a presença de recursos: materiais (financeiros e infraestrutura); humanos (ativistas e apoiadores); e de organização (coordenação entre indivíduos). De porte de maior estrutura de recursos, os movimentos sociais possuem mais capacidade de proporcionar a seus integrantes o acesso aos meios que satisfazem seus interesses, o que permite uma ligação mais duradora entre indivíduos e suas respectivas organizações. No entanto, sua longevidade estaria condicionada à capacidade de concorrer com outros movimentos que se formam em torno de um mesmo tema, o que inicia um ambiente de disputa pelo controle da representação popular na mesma lógica que ocorre em outros mercados (Nunes, 2014).

Em virtude de críticas ao caráter excessivamente individualista e de natureza micro-organizacional da TMR, outras teorias ganharam destaque. Uma dessas foi a teoria do processo político (TPP). Em uma abordagem comparativa, a partir de casos (movimentos por reformas) na Europa e nos Estados Unidos, a TPP baseia-se na construção de “uma sociologia política histórica, que combina tradições e cuja ambição é identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente” (Alonso, 2009, p. 55).

Nessa construção, emerge todo o arcabouço conceitual para a operacionalização analítica dos movimentos sociais. Um dos conceitos é o de *estrutura de oportunidade políticas* (EOPs) (Tilly, 1978; Tarrow, 2005). As EOPs indicam as dimensões do ambiente político que possibilitam maior grau de permeabilidade das instituições; isso permite que grupos sociais mobilizados consigam interferir diretamente em processos de mudança ou inclusão de novos temas na agenda pública. Para isso, a expressão de suas reivindicações sob distintas estratégias é definida de acordo com as oportunidades e as ameaças que determinam os contextos nos quais estes se inserem.

Outros dois conceitos são considerados fundamentais no instrumental teórico da TPP, inserindo a dimensão cultural nessa perspectiva de análise. O primeiro é o de *repertórios de ação coletiva*, desenvolvido por Charles Tilly (1978; 1985) para identificar as táticas de mobilização social que as organizações assumem. Os repertórios consistem em técnicas convencionalizadas de utilização de recursos organizacionais que se encontram à disposição dos grupos sociais em determinado período histórico, escolhidos de acordo com os propósitos de ação. Entre as técnicas mais recorrentes ao longo do tempo, estão: as marchas; a ocupação temporária de edifícios; as greves; a publicização de manifestos; entre outras.

No entanto, a escolha entre um leque ainda que limitado de ações rotinizadas de um repertório não é algo trivial. Por isso, a lógica da TPP faz uso de outro importante instrumental analítico, que é o conceito de *quadros interpretativos* (*frame*), que são produzidos com a função de reduzir a complexidade social sobre a qual ocorre uma interação contenciosa, em busca de um *consenso para a mobilização*. Nesse processo, são enfatizados detalhes valorativos e visões de mundo particulares, que vão permitir tanto a aglutinação humana em torno de uma causa, quanto a definição de estratégias mais convenientes (Brandão, 2011; Medeiros, 2012). Portanto, quadro interpretativo designa um elemento de cultura política produzido para dar sentido às atividades de mobilização coletiva.

Outra teoria a ser listada é conhecida como teoria dos novos movimentos sociais (TNMS). A base empírica de seus principais teóricos (Touraine; 1985; Melucci, 1988; 2001) foram as grandes mobilizações que surgiram a partir dos anos 1960 em diferentes partes do mundo, trazendo outros elementos para a discussão, com a emergência de um conjunto heterogêneo de agrupamentos coletivos que direcionam suas mobilizações para além das contradições existentes no mundo do trabalho. Por isso, a adoção do adjetivo *novo*, que surgiu na esteira da perda de influência do sindicalismo em nível mundial, sobretudo após a emergência do neoliberalismo e da reestruturação produtiva a partir dos anos 1980 (Zen, 2007).

Para Evers (1984, p. 12), algumas características identificadas como mais comuns em seus coletivos organizacionais são: número relativamente baixo de participantes; estruturas não burocráticas e até informais; formas coletivas de tomada

de decisões; distanciamento social relativamente pequeno entre liderança e demais participantes; entre outras. Sob essa lógica, seus atores não se definem com base em identidades profissionais, mas sim por ampla gama de identidades que transcendem o conceito de classe (raça, etnia, gênero, religião etc.). Os ideais de ação coletiva também são diversificados.

Sob a ótica da TNMS, as teorias anteriores falhavam em não explicar os fatores que determinam a mediação entre os comportamentos individuais e as ações concretas dos movimentos sociais. Segundo Melucci (1988), a ação coletiva é construída por intermédio dos processos de interação comunicativa (redes de relacionamento), que produzem entre os atores alguns padrões de significados (percepções e avaliações) que passam a ser compartilhados e que, conseqüentemente, constroem a motivação e os objetivos de ação coletiva – próximo da noção de quadros interpretativos da TPP. Em outras palavras, os indivíduos, em suas práticas e relações sociais, interagem-se, negociam e influenciam-se mutuamente, gerando uma “identidade coletiva” – isto é, uma “percepção interativa e negociada das oportunidades e vínculos” (Picolotto, 2008, p. 80), tornando menos oneroso o envolvimento dos atores.

Entretanto, uma das críticas recorrentes às análises da TNMS é que, apesar dos avanços analíticos possibilitados, seus teóricos prenderam-se muito a realidades sociais de classe média, típicas do contexto europeu. Por seu enquadramento, seria difícil analisar, por exemplo, a movimentação de trabalhadores mineiros na África do Sul, ou a ação de indígenas e trabalhadores rurais que sofrem contínua violência dos grandes latifundiários no Brasil. Ou seja, aceitar um argumento de que as contradições na relação capital-trabalho é algo cujo sentido tenha perdido espaço enquanto fenômeno social encobre muitas relações de conflito e mobilização coletiva em países de “capitalismo periférico”, pelo fato de não haver espaço teórico adequado para definir suas motivações e práticas de resistência.

Dada essa lacuna, alguns autores buscaram desenvolver recentemente novos arcabouços teórico-conceituais, com o objetivo de abranger processos geograficamente localizados, para além das experiências europeias ou norte-americanas, por entenderem que estes carregam em si uma carga particular de fatores sociais que desafiam os quadros teóricos canônicos utilizados até então. Nessa perspectiva, Boaventura de Sousa Santos (2002; 2007) elaborou um arcabouço analítico voltado aos fenômenos de mobilização social a partir das realidades dos países periféricos, o qual denominou de “sociologia das ausências e sociologia das emergências” (SA&SE). Trata-se de um programa de pesquisa que busca encontrar as bases, os desafios e as possibilidades dos projetos de emancipação social sob diferentes contextos de exclusão e exploração.

O pensamento de Santos (2007) contrapõe-se à tendência homogeneizante da “monocultura do saber científico”, sobretudo com a ascensão hegemônica do Consenso de Washington e do neoliberalismo nos anos 1990,<sup>3</sup> que desqualifica outros conhecimentos e produz o que ele chamou de “epistemicídio”, isto é, “a morte de conhecimentos alternativos” (*op. cit.*, p. 29) como forma de fortalecer o discurso de que não há alternativas. Segundo o autor, isso ocorre porque as ciências humanas do fim do século XX estão aprisionadas em uma “razão metonímica”, em que o conceito de totalidade é reduzido à análise de partes, tomadas como homogêneas, de modo que nada do que fica fora dessa totalidade interessa. Nesse entendimento, os conhecimentos gerados são tratados como universais, válidos independentemente do contexto no qual ocorrem. Por isso, essa é, em si, uma razão opressora, pois comprime a realidade social em um único modelo possível de expressão da racionalidade, obscurecendo toda uma gama de manifestações sociais (noção de *diversidade epistemológica*) que se estruturam em torno de outras lógicas, não necessariamente excludentes.

Sob essa ótica, a proposta da SA&SE é desenvolver um instrumental teórico que possibilite a emersão dessas experiências para fins analíticos, a partir da produção de uma nova racionalidade sobre as lutas, experiências e saberes das mobilizações populares, em contraposição ao conjunto de pressuposições hegemônicas nas ciências sociais. A primeira destas é a *ecologia dos saberes*, que abre espaço para uma interação dialógica entre saberes científico e o saber popular. Nesta, reside a contestação do fato de outros saberes, considerados não científicos e não filosóficos, ou até mesmo não ocidentais, continuarem em grande parte fora do debate acadêmico. A segunda é a *ecologia das temporalidades*, que leva em conta o papel do tempo histórico na determinação dos diferentes processos sociais. Sob esse princípio, duas ordens de pensamento fortemente imbricadas são contrapostas: a atemporalidade da ação social e a linearidade dos processos históricos. A terceira refere-se à *ecologia do reconhecimento*, que desconsidera a hierarquização entre fenômenos sociais e a produção de não existência, o que é próprio da razão metonímica. Nesse caso, as diferenças não devem ser escondidas, em busca de padronizações redutoras e arbitrárias, mas sim valorizadas, embora não se descarte a busca por elos que unam grupos diversos em tempos e espaços distintos. A quarta é a *ecologia da transescala*, que permite uma análise articulada de projetos entre contextos distintos de ação – escalas local, nacional e global. Por fim, há a *ecologia das produtividades*, que valoriza a existência de sistemas alternativos de produção, para além da noção hegemônica de produtividade capitalista. Entre os quais se inserem justamente as experiências de economia solidária, popular e autogestionária, que se desenvolvem em torno de variadas práticas que visam à geração de trabalho e renda.

---

3. Evans (2003) chamou esse processo de “monocultura institucional”.

O conjunto dessas ecologias propostas coloca o investigador defronte a uma realidade mais diversa e caótica que aquela desenhada pelos cânones contemporâneos das ciências sociais. Por isso, os movimentos sociais, organizados em diferentes quadros interpretativos e identidades coletivas, necessitam criar uma relação de inteligibilidade recíproca no interior da pluralidade, que são as estratégias de *tradução* (Santos, 2007). Os fóruns, os encontros e as redes de movimentos sociais podem ser considerados instrumentos disponíveis para a realização desse trabalho de tradução interorganizacional, pois propiciam *zonas de contatos* em que grupos sociais distintos podem interagir e confrontar visões de mundo em busca de consensos e convergências possíveis. Abre-se, assim, espaço para a compreensão das possibilidades de compartilhamento entre diferentes repertórios e rotinas de ação coletiva, além de permitir alargar quadros interpretativos e elementos identitários comuns que conectem distintas lutas sociais.

Dessa forma, a SA&SE pode ser apreendida não como instrumental analítico fechado em si mesmo, e sim como uma abordagem que permite a interação com outros conceitos e técnicas de investigação, sem desconsiderar o valor de experiências não hegemônicas de formações coletivas e sem enquadrá-las em uma lógica racional universalizante.

As seções seguintes buscaram promover essa interação conceitual e analítica para problematizar o surgimento da economia solidária enquanto paradigma mobilizatório no Brasil, que ganhou materialidade com a junção de diversas bandeiras de lutas e agrupamentos sociais, cujo elemento identitário comum é o fato de serem formados por uma *classe que vive do trabalho* (Antunes, 1999).

### 3 A EMERGÊNCIA DO PARADIGMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A história brasileira é repleta de momentos marcados por mobilizações populares que atravessaram os períodos colonial e imperial, chegando até a experiência republicana no final do século XIX. Nessa trajetória, é possível identificar uma evolução considerável na capacidade de organização popular em diversos setores da sociedade, sob projetos políticos e bandeiras de luta particulares.

A reação do poder estatal sobre esses processos mobilizatórios também foi bastante diversa ao longo do tempo. Em um capítulo mais recente da história política do país, o golpe militar de 1964 inaugurou um período de forte repressão ao associativismo civil, em que o movimento sindical passou a ser altamente controlado, bem como os partidos políticos e outras entidades representativas foram extintas. No final dos anos 1970, algumas formas de organização coletiva de setores populares voltam a ganhar notoriedade, com o apoio de grupos progressistas da Igreja Católica – sob o movimento da Teologia da Libertação – e de intelectuais de diversas matrizes de pensamento. Trata-se da emergência de novos sujeitos coletivos no cenário da participação política – ainda que restrita – no Brasil, com abordagens de mobilização e estratégias de atuação diferenciadas.

As mobilizações surgidas nesse contexto partiam de grupos que se aglutinavam em torno da luta por direitos sociais, civis e políticos; e chegaram, inclusive, a manter laços de uma incipiente unidade nacional, com base em relações descentralizadas e não institucionalizadas, constituindo novas “formas de articulação interorganizacionais” (Scherer-Warren, 2006). Tais articulações recebem diferentes denominações na literatura, tais como “redes movimentalistas” (Doimo, 1995) ou “redes de mobilizações civis” (Gohn, 2013). Suas bandeiras de luta envolviam questões relevantes do cotidiano da classe trabalhadora, tais como moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, entre outros, expressando *matrizes discursivas* comprometidas com novos projetos de ruptura a partir de significados diversos (Sader, 1988; Brandão, 2011).

Também nesse contexto, houve ampla repercussão sobre as greves e as mobilizações orquestradas por sindicatos de trabalhadores metalúrgicos da região do ABC Paulista, movimento este denominado de “novo sindicalismo”, por contrapor-se ao modelo de subjugação da estrutura sindical ao aparato estatal que havia se intensificado com o controle dos militares. Conseqüentemente, no início dos anos 1980, foram criadas federações sindicais que passaram a ter desde então forte influência também na dinâmica político-eleitoral brasileira, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Mattos, 2009).

É possível destacar ainda várias experiências organizativas como expressões da luta social dessa época e que deram origem a um período de ascensão das lutas populares no Brasil, como a luta dos estudantes para a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento Sanitarista – fundamental na construção de um sistema público e gratuito de saúde no país –, o (re)surgimento de grandes organizações de trabalhadores em nível nacional no meio rural, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento das Diretas Já, entre outros exemplos marcados na história social e na construção da cidadania no Brasil (Gohn, 1997).

A convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e, conseqüentemente, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) foram os marcos de um novo momento de inflexão para os movimentos sociais em todo o país. A organização coletiva voltou a ser livre no país e a participação política permitida por meio de diversos mecanismos para além do voto (Silva, 2018a; Avelino e Fonseca, 2018). Os direitos sociais conquistados até então foram mantidos, e novos direitos foram consagrados pela Carta Magna. No entanto, muitos avanços pretendidos pelos setores populares não se efetivaram, como no caso da reforma agrária, sobretudo em função de setores conservadores que também se organizaram coletivamente para fazerem valer seus interesses (Ipea, 2008).

Por seu turno, sob o regime democrático, os anos 1990 vieram com outros desafios, sobretudo no campo do trabalho. O início do processo de liberalização econômica, com abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações, forçou o setor produtivo nacional a uma ampla reestruturação. O resultado foi uma grave crise do trabalho, impulsionada pelo baixo crescimento econômico no período, com crescimento do desemprego e da informalidade da força de trabalho. Por sua vez, a queda na participação da indústria no mercado de trabalho levou a uma diminuição significativa das bases sindicais (Pochmann e Borges, 2002; Cardoso, 2003; Oliveira e Silva, 2018).

Todo esse conjunto de transformações implicou profundas alterações nos padrões de relação entre Estado e sociedade civil, cujos laços de interação se tornaram mais complexos. Dessa forma, pode-se dizer que o ambiente de redemocratização abriu espaço para uma multiplicidade de estratégias de ação aos movimentos sociais – não mais restritas à ação direta ou disruptiva como nas décadas anteriores – para expressarem suas reivindicações e propostas, no intuito de influenciar a definição da agenda política. A mediação dessa relação também passou a dar-se sob diferentes mecanismos de conexão.

Na prática, os movimentos sociais passaram a combinar a atuação no interior da sua organização (reuniões, assembleias, encontros e congressos) com a participação em instituições deliberativas do Estado (conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo, conferências setoriais, comissões e comitês temáticos etc.), além da participação em seminários e fóruns de outros movimentos e entidades da sociedade civil (Silva, 2018a). Com isso, ampliaram-se e diversificaram-se seus repertórios de ação coletiva. Sindicatos, associações civis, organizações não governamentais (ONGs) e outras organizações passaram a agrupar-se para definirem suas estratégias em rede, transcendendo fronteiras territoriais, a depender das razões e dos propósitos específicos em cada situação.

Nesse cenário de transformações estruturais da “sociedade salarial” (Castel, 1995), começou a ganhar forma, tanto como campo de práticas sociais quanto de bandeira de mobilização coletiva, o conceito de *economia solidária*, que em pouco tempo ganhou *status* de um novo paradigma de análise do universo do trabalho. De modo geral, a economia solidária carrega consigo uma diversidade de manifestações sociais no campo da ação coletiva para o trabalho e outras dimensões da vida social e comunitária, ancorada na luta por melhores condições de vida de amplos setores populares. Seu apego por parte de outros movimentos sociais tradicionais dá-se pela perspectiva de incentivar o trabalho associativo para não apenas fazer frente ao fenômeno destrutivo do desemprego, mas também para o planejamento de novos projetos de desenvolvimento local, sob novas diretrizes de cooperação e compartilhamento de saberes e práticas econômicas vinculadas a

identidades sociais específicas (Singer, 2000; Mello; 2006; Silva, 2018b). Sendo assim, o movimento de economia solidária não pode ser considerado unívoco, uma vez que integra uma pluralidade de práticas e atores sociais organizados sob os mais distintos propósitos de ação.

Portanto, a formação de *redes movimentalistas* no campo da economia solidária circunscreve-se a um rol específico de representações e relações sociais que emergem das contradições do capitalismo latino-americano. A aglutinação social em torno desse *quadro interpretativo* e a *tradução* intercultural entre as distintas identidades coletivas contra-hegemônicas que vieram a compor esse movimento a partir do início dos anos 2000 desenvolveram-se com base em um amplo *repertório* de ações conflitivas e dinâmicas organizacionais. O desencadeamento causal desse processo é justamente o tema discutido na sequência.

#### 4 A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esta seção aborda a trajetória de formação do movimento de economia solidária no Brasil, tendo como principal referência os processos de construção sociopolítica das plenárias nacionais, ocorridas entre 2002 e 2012. Esses encontros – espaços de proposições, embates e compartilhamentos de ideias – propiciaram a elaboração de uma pauta unificada quanto a demandas e projetos desses atores envolvidos, sem desconsiderar o diálogo com o poder público. Para tanto, a seção está dividida em três subseções, que dissertam a respeito das fases de construção movimento de economia solidária. A primeira trata sobre o processo de construção em nível nacional de uma identidade forjada na defesa do trabalho coletivo e por uma nova matriz de estratégia de desenvolvimento local, que vai desde as primeiras oficinas de formação sobre o tema no Fórum Social Mundial (FSM) de 2001 até o período após a realização da terceira plenária nacional do movimento, em 2003. A segunda aborda sua consolidação organizacional, enfatizando o processo de construção da quarta plenária, em 2008, e terminando com a análise dos desdobramentos políticos internos que esta desencadeou. Por fim, a terceira tem como pano de fundo a construção da quinta plenária, em 2012, e aborda os novos desafios organizacionais que levaram a uma inflexão na capacidade mobilizatória do movimento, muito influenciado por mudanças no contexto político nacional.

##### 4.1 Primeira fase: origem e formação organizacional

O novo século iniciou-se na esteira de uma diversidade de lutas sociais em todo o mundo contra os impactos sociais adversos atribuídos, ou ao menos acentuados, pelo processo de globalização e pelo aprofundamento do ideário neoliberal. Uma das respostas coletivas mais significativas contra esse processo foi a realização do I FSM, em 2001, em Porto Alegre-RS, com a participação de 16 mil pessoas de 117 países. Segundo Santos (2002), esse evento teve grande importância histórica

por aglutinar uma constelação de coletivos sociais bastante díspares culturalmente, unidos por processo de tradução intercultural que evidenciou pontos comuns em suas demandas reivindicatórias.

Embora o I FSM não configure no palco nascedouro do movimento de economia solidária no Brasil, uma vez que já havia registros de organizações e também eventos em torno da temática da economia solidária desde a segunda metade dos anos 1990, é possível considerá-lo como decisivo na sua formação identitária, pois possibilitou a interação de atores organizacionais de todo o país, envolvidos com diferentes práticas no campo do trabalho coletivo.

Em sua programação, destaca-se a realização de uma oficina cujo título foi Economia Popular Solidária e Autogestão. Nesta, participaram aproximadamente 1.500 pessoas, com o indicativo final de organizar nacionalmente o movimento, assim como articulá-lo com experiências internacionais (Nagem e Jesus, 2013). Vale lembrar ainda que o I FSM abrigou também o lançamento da Rede Global de Socioeconomia Solidária, envolvendo representantes de 21 países, que pode ser considerada a primeira articulação internacional para a integração e a divulgação de práticas da economia solidária (Mello, 2006; Barbosa, 2006; Santos, 2014).<sup>4</sup>

Como consequência dessa articulação inicial, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária, formado àquela altura por doze entidades e redes nacionais de fomento que participaram em diferentes momentos.<sup>5</sup> De acordo com relatos documentados pelo próprio movimento:

o grupo de trabalho brasileiro tinha na sua origem o objetivo principal de aglutinar as entidades com atuação nacional, que trabalhassem com a temática da economia solidária. Depois do I FSM, resolvemos nos reunir para, primeiro, incorporar integrantes e instituições, reconhecendo e valorizando as diferenças das naturezas institucionais, das estruturas e das formas de atuação dessas várias organizações que representam o campo da economia solidária no Brasil. (...) O objetivo original desse grupo de trabalho era garantir junto ao conjunto de organizadores do Fórum que o movimento e as experiências de economia solidária fossem reconhecidas como contribuições para

4. Antes da constituição da Rede Global de Socioeconomia Solidária em 2001, havia ocorrido em 1998, também em Porto Alegre, o Encontro Latino-americano de Cultura e Socioeconomia Solidária (Porto Alegre-RS), com a participação de países como México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Argentina e Espanha. Nesse encontro, foi elaborada a *Carta de Porto Alegre*, a qual se definiu entendimento sobre a economia solidária como alternativa social à internacionalização do capital e à pobreza dos países periféricos, estabelecendo estratégias para a constituição de uma rede na região. Posteriormente, em 2000, foi criada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), com a participação de movimentos sociais, empreendimentos e instituições de assessoria, no intuito de fomentar redes regionais de articulação e divulgação, a fim de dinamizar as cadeias produtivas de produtos da economia solidária no Brasil (Barbosa, 2006).

5. As organizações iniciais foram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (Anteag); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase); Cáritas brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores; Rede Unitrabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; e Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (Abicred).

o outro mundo possível. (...) O outro era garantir em cada edição do Fórum Social Mundial a proposição e organização de um conjunto de redes internacionais dessa temática nos conteúdos dos painéis e mais uma série de eventos (FBES, 2002, p. 18).

Três questões merecem destaque especial sobre esse processo. A primeira destas diz respeito ao fato de que a criação do GT não ocorreu a partir da mobilização dos próprios trabalhadores integrantes dos empreendimentos solidários (cooperativas, associações, bancos comunitários, empresas recuperadas etc.), mas sim a partir de suas entidades de apoio e assessoramento. Isso permite inferir, por um lado, a grande influência nesse contexto de organizações dessa natureza e, por outro, a baixa capacidade de articulação e protagonismo dos empreendimentos solidários àquela época. A segunda questão diz respeito à articulação de organizações de distintas naturezas em torno do GT, perpassando desde aquelas ligadas à Igreja Católica, até o meio acadêmico, o terceiro setor, os movimentos sociais e sindical etc. Por fim, ressalta-se a presença no GT de gestores públicos, sobretudo por meio da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, o que pode ser considerado fator inovador na formação desse movimento (Nagem e Jesus, 2013).<sup>6</sup>

Iniciavam-se, assim, as ações de um coletivo nacional cuja responsabilidade foi promover a mobilização entre os atores envolvidos e elaborar estratégias de organização social, a partir de uma identidade minimamente consensual em torno de princípios da economia solidária. A forma de levar à frente esse objetivo foi por meio de plenárias (estaduais e nacionais), que propiciassem a “zona de contato” necessária para o processo de tradução intercultural. A partir delas, foi possível fomentar o debate em torno da construção de uma instância nacional de articulação.

No contexto político mais amplo, o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou as eleições nacionais em 2002, elegendo Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República. Com isso, surgiu uma nova janela de oportunidades políticas no horizonte, em vista da abertura que o partido já havia dado a políticas de apoio à economia solidária em suas gestões municipais e estaduais anteriores (Silva, 2010), além da estreita relação entre militantes do movimento e setores do partido. O fato mobilizou o GT para discutir uma estratégia de incidência com o novo presidente eleito, o que resultou em uma proposta para a criação de espaço institucional no novo governo federal para atender às demandas da economia solidária (Silva e Nagem, 2011).

Esse processo desencadeou, ainda em 2002, a realização da I Plenária Nacional de Economia Solidária (I PNES), na cidade de São Paulo, reunindo aproximadamente duzentas pessoas. A essa época, alguns fóruns estaduais de economia solidária já existiam e se reuniam com certa periodicidade, como nos estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. A proposta de criação de

---

6. No segmento de gestores públicos, estão os representantes de governos estaduais e municipais que executam explicitamente programas e projetos voltados à economia solidária.

um fórum nacional nasceu a partir desse encontro. Da mesma forma, iniciou-se a elaboração de diretrizes e propostas que aglutinassem o campo da economia solidária, isto é, uma *Plataforma de Ação* (apêndice 1) e uma *Carta de Princípios*.

Além desses elementos, os participantes da I PNES aprovaram e encaminharam uma carta ao presidente recém-eleito, intitulada *Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*, com as principais diretrizes e reivindicações do setor. Entre estas, constava a criação de uma secretaria nacional para operacionalizar o repertório de políticas propostas pelo próprio movimento, além de servir como órgão responsável para o fortalecimento da temática junto a outras instâncias de governo.

Em 2003, as mobilizações intensificaram-se. Logo em janeiro, ocorreu o II Fórum Social Mundial em Porto Alegre. As organizações do movimento aproveitaram esse momento político favorável para avançarem em sua mobilização. Primeiramente, foi realizada a II PNES, durante o II FSM, com a presença de aproximadamente oitocentas pessoas, no qual foi apresentado o documento *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. A ideia de criar-se uma entidade nacional amadureceu internamente, e, pela primeira vez, foi construída uma agenda nacional, envolvendo uma estratégia de discussão pelos estados.

Essa nova rodada de mobilizações fortaleceu a pauta do movimento com setores do novo governo. Com isso, durante o II FSM, o próprio presidente Lula anunciou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – atualmente Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia (ME). O economista Paul Singer foi escolhido para exercer o cargo de secretário, conforme sugestão do próprio movimento (Nagem e Jesus, 2013).

Importante frisar que, nesse contexto, as reivindicações estavam voltadas sobremaneira para sua inserção na agenda governamental, no formato de políticas públicas que viessem a atender às iniciativas desse campo. A criação da Senaes favoreceu ainda mais esse processo, ampliando os canais de interação com o poder público.

Na II PNES, o GT foi novamente legitimado como mobilizador dos debates rumo à realização de uma nova plenária nacional. Os encontros preparatórios aconteceram no primeiro semestre de 2003, em dezoito estados, na forma de plenárias estaduais. De acordo com as orientações da carta convocatória, os participantes deveriam debater três pontos principais: *i*) a identidade do movimento da economia solidária e o papel de uma entidade nacional como catalizadora dessa identidade; *ii*) a composição da entidade nacional (coordenação nacional e representações estaduais); e *iii*) sua relação com o setor governamental. As dinâmicas previam a eleição de delegados para representar as posições discutidas pela base estadual articulada – ou em processo de articulação – no encontro nacional (Silva, Cunha e Silva, 2018).

Em junho de 2003, ocorreu a III Plenária Brasileira de Economia Solidária (III PNES), novamente em São Paulo, com a participação de aproximadamente novecentas pessoas. Nesse evento, oficializou-se a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com a tarefa de articular as bases sociais do movimento. De acordo com o relatório final da plenária:

o fórum deve ser um espaço autônomo de debate acerca do que é economia solidária, de construção de uma política de economia solidária suprapartidária; constituir-se, enquanto espaço de construção de consensos, respeito às diferenças, de articulação política, de estabelecimento de estratégias de ação, sobre a égide dos princípios da economia solidária; espaço democrático, com participação de todos os segmentos, enfatizando o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia solidária; deverá realizar o debate sobre o significado dos conceitos de economia solidária e economia popular; criar uma forma jurídica para nortear leis próprias para a economia solidária; ser um canal de interlocução entre os poderes constitutivos e os outros atores da sociedade; ser mobilizador para a construção de redes de economia solidária; ser um instrumento propositivo, consultivo, deliberativo, horizontal e transparente; constituir-se em espaço de valorização do saber local, de formação transversal, no sentido de garantir as identidades minoritárias relativas a gênero, etnia, idade, jovens e idosos e pessoas com deficiência; constituir-se em espaços de construção de um novo modelo de colaboração solidária junto ao poder público (FBES, 2003, p. 5).

A III PNES também resultou na aprovação da *Carta de Princípios do FBES*, na qual foram afirmados os valores, a identidade de luta e os eixos de mobilização. Até mesmo com a diversidade de origem e de dinâmica cultural, a carta apresentou eixos gerais de convergências quanto a valores e princípios do movimento, tais como: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2012a).

Para responder a essas expectativas, a estratégia traçada foi o fortalecimento dos fóruns (estaduais e municipais) já existentes e o fomento de outros, a partir de processo de formação de quadros. Com isso, pretendia-se dar maior capilaridade a esse debate, aumentando-se o grau de articulação e parcerias nos espaços subnacionais. Ficou definido ainda que a composição do FBES se daria a partir de três segmentos: *i*) empreendimentos econômicos solidários; *ii*) gestores públicos; e *iii*) entidades de assessoria e fomento. Os empreendimentos, por serem considerados os atores fundamentais, teriam maior representatividade nas instâncias organizacionais.

Deliberou-se pela criação da Coordenação Nacional do FBES, constituída por três representações de cada estado (dois representantes de empreendimentos, um representante dos gestores públicos ou entidade de assessoria), além das organizações que integravam o GT, totalizando 97 integrantes. Foi aprovada,

também, a criação de uma secretaria-executiva, de caráter provisório, que trabalharia até a primeira reunião da Coordenação Nacional do FBES. Dessa forma, estabeleceu-se uma estrutura básica de composição e funcionamento do FBES, conforme sintetizada no quadro 1.

**QUADRO 1**

**Síntese dos objetivos, segmentos participantes, estrutura e funcionamento do FBES**

Objetivos	Articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país, em torno de uma carta de princípios (o que é e o que não é a economia solidária) e de uma plataforma de lutas (conjunto de demandas dirigidas ao Estado e de propostas de auto-organização da sociedade civil na perspectiva solidária).	
Segmentos participantes	Empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos.	
Estrutura e funcionamento	Fóruns locais	Instâncias elementares do FBES, constituídas pelos seus três segmentos, no âmbito de estados, microrregiões e municípios.
	Plenária Nacional	Instância máxima de deliberação do FBES. Dá as diretrizes políticas para orientar a Coordenação Nacional e a Coordenação Executiva Nacional. Deve ser constituída a cada três anos, a partir de delegados oriundos dos fóruns locais. Nessa e nas demais instâncias representativas, busca-se observar a proporção de 50% de representantes de empreendimentos solidários, 25% de entidades e 25% de gestores.
	Coordenação Nacional	Principal instância de organização do FBES. Orienta as ações da Coordenação Executiva Nacional e também da Secretaria-Executiva Nacional, deliberando em última instância sobre decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES. É responsável pelo diálogo com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e com órgãos do governo federal. Tem a competência de criar ou excluir GTs. No limite, é composta por 105 representantes.
	Coordenação Executiva Nacional	Instância responsável pela interlocução com movimentos sociais, instituições privadas e públicas, além da gestão política do cotidiano do FBES. Acompanha os trabalhos da Secretaria-Executiva Nacional. É composta por treze representantes, eleitos pela Coordenação Nacional entre seus integrantes.
	Secretaria-Executiva Nacional	Sediada em Brasília, dá suporte aos trabalhos das diferentes instâncias do FBES, propiciando a comunicação entre estas e operacionalizando as reuniões e os eventos. Deve captar recursos para o FBES e administrá-los.
	Grupos de trabalho	São organizados conforme a demanda de ações específicas do FBES.

Fonte: FBES (2008; 2013).  
Elaboração do autor.

Portanto, essa primeira fase resultou na formação de dois espaços distintos de atuação dos atores do campo da economia solidária no Brasil: *i)* o FBES, como instância central de mobilização social em torno da temática; e *ii)* a Senaes, como lócus formal de operacionalização de políticas públicas e articulação institucional. Apesar de a Senaes ter surgido em função da própria reivindicação dos atores sociais que vieram a compor o FBES, a relação entre esses dois espaços foi marcada tanto por momentos de aproximações quanto de distanciamentos, refletindo na prática a relação sempre complexa entre sociedade civil e Estado (Santos, 2014).

#### 4.2 Segunda fase: consolidação organizacional

Com a criação do FBES em 2003, somente após cinco anos ocorreria uma nova PNES. Porém, o movimento de economia solidária permaneceu bastante ativo ao longo daquele período. Em termos organizativos, a Coordenação Nacional do FBES deliberou pela criação de uma coordenação executiva, a ser composta por treze integrantes (sete representantes de empreendimentos, cinco de entidades de apoio e um da Rede de Gestores do FBES). Sua função foi acompanhar de forma sistemática as demandas cotidianas do fórum. Também foi criada, de modo permanente, a Secretaria Executiva do FBES – com três integrantes –, com sede em Brasília. Houve um avanço em termos da capilaridade do FBES no território nacional. De cinco fóruns estaduais existentes em 2002, passou-se para dezessete em 2003; a partir de 2006, já havia registros em todas as unidades federativas (UFs).

A relação entre a Senaes e o FBES também foi bastante intensa durante os primeiros anos, sobretudo ao longo da primeira gestão do então presidente Lula (2003 a 2006). Uma forma encontrada de dar maior dinamicidade a essa relação foi por meio da criação de grupos de trabalho subtemáticos, que ficariam conhecidos como GTs Senaes/FBES. Foram criados oito GTs (quadro 2), que funcionaram até 2006 – com dinâmicas de funcionamento distintas –, quando perderam importância após a criação do Conselho Nacional do FBES.

QUADRO 2  
GTs Senaes/FBES (2003-2006)

GT	Finalidade/"produtos".
Mapeamento	Elaboração do marco conceitual e de instrumentos de coleta de dados do Sies; definição e gestão de procedimentos e processos de construção da base de dados.
Finanças solidárias	Discussão sobre fundo para fortalecimento da economia solidária, com elaboração de proposta nesse sentido (Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária – Pronades). Subsídio para políticas de finanças solidárias.
Marco jurídico	Elaboração de <i>Estatuto da Economia Solidária</i> , com questões societárias e tributárias (Obs.: não avançou). Debates sobre revisão da Lei Geral do Cooperativismo e do Projeto de Lei (PL) das Cooperativas de Trabalho.
Comunicação	Formulação e revisão do material da primeira Campanha Nacional de Divulgação da Economia Solidária.
Políticas públicas	Nascido sob a perspectiva ampla de discutir <i>integração de políticas</i> . Concentrou-se na discussão do Termo de Referência para Centros Públicos de Economia Solidária.
Produção, comercialização e consumo	Discussão sobre estratégias de organização da comercialização e das redes de produção e consumo, com foco na polêmica <i>centros públicos versus centros de comercialização</i> e nos debates sobre <i>comércio justo</i> .
Sistema de comércio justo e solidário (SCJS)	Formulação de proposta de instrumento normativo contendo diretrizes, princípios, critérios e modos de operacionalização de um SCJS de caráter público.
Formação	Realização da I e da II Oficina de Educação e Formação em Economia Solidária. Formulação de diretrizes, princípios e metodologia de uma política nacional de educação/formação em economia solidária.
Relações internacionais	Atuação pautada por eventos internacionais com presença da economia solidária, como fóruns sociais mundiais e feiras internacionais ou representação brasileira em espaços como o Mercosul Solidário e encontros das redes internacionais.

Fonte: Cunha (2012).

Uma ação importante para o surgimento dessa parceira e que ajudou na criação e mobilização dos fóruns estaduais foi o lançamento do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, entre 2005 e 2008. Esse programa foi realizado em parceria entre a Senaes, que apoiou com recursos, logística e orientações operacionais, e o FBES, que mobilizava uma rede de atores nos estados, sobretudo via os fóruns estaduais. As feiras estaduais eram eventos com o intuito de não apenas proporcionar a exposição e a comercialização dos produtos feitos pelos empreendimentos de cada estado, mas também de realizar atividades de formação e articulação entre trabalhadores, assessores e gestores públicos envolvidos com a temática (Santos e Amorim, 2017).

Durante esse período, cabe destacar ainda a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. Esse evento ocorreu em 2004, em Brasília, organizado pela Senaes em parceria com o FBES, mas com forte protagonismo por parte dos representantes dos próprios empreendimentos. Neste, foi ressaltado o papel do fórum enquanto espaço político que conjuga o setor popular com o poder público e as entidades da sociedade civil, consolidando um movimento de diferentes categorias (Santos, 2014).

Paralelamente, no campo da institucionalização de políticas públicas, o diálogo foi intensificado com a Senaes, com o intuito de construir em conjunto uma proposta para o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do governo federal. Vários programas considerados pelo movimento como essenciais ao projeto de economia solidária surgiram desse PPA, como o caso do Mapeamento Nacional de Empreendimentos, ocorrido entre 2005 e 2007 (Silva e Nagem, 2012; Silva, 2018c). O protagonismo do FBES diante dessa parceria com o aparato estatal foi motivado basicamente por razões político-ideológicas e pragmáticas (França Filho *et al.*, 2006), que permitiram certo equilíbrio nessa relação de complementaridade institucional.

O FBES também assumiu papel importante como parceiro na organização da I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), que ocorreu em Brasília, em 2006, com a participação de 1.073 delegados de todos os estados do país (Bertucci, 2010). A I Conaes veio no contexto de fortalecimento das instituições participativas e abertura de novos canais de participação social – denominadas por Silva (2018a) como *instituições de deliberação participativa* (IDPs) – nos processos decisórios e no acompanhamento de políticas públicas nacionais. Sua importância naquele momento diz respeito ao reconhecimento da economia solidária enquanto “marca política” transversal na estrutura de governo, uma vez que contou com representantes de vários ministérios e órgãos governamentais, como na consolidação de um documento político com as principais reivindicações do movimento no intuito de pautar o “lugar” da economia solidária na agenda do próximo governo federal, a iniciar no ano seguinte. Um de seus desdobramentos mais importantes foi a posse

do CNES, instância permanente que agregaria representantes de diferentes órgãos governamentais e da sociedade civil, com a incumbência de debater e planejar os rumos das ações de governo no campo da economia solidária (Alencar e Silva, 2013).

Durante esse período, foram tecidas também articulações internacionais, como a Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (Ripess). O FBES passou a participar e organizar discussões e intercâmbios, constituindo-se, gradativamente, como referência na América Latina.<sup>7</sup> O movimento seguiu participando ativamente das demais edições do FSM, inclusive coordenando uma série de atividades e se articulando com redes internacionais que já assumiam a temática da economia solidária como bandeira de luta. No V FSM, em 2005, o FBES foi “desafiado” a gerenciar, via empreendimentos autogestionários, “o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente (contra os produtos nocivos das transnacionais), e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais” (Mello, 2006, p. 107). Todas as bolsas distribuídas aos participantes do V FSM foram confeccionadas por trabalhadores da economia solidária no Brasil, o que impulsionou a criação de um sistema organizado em torno da cadeia do algodão orgânico, com a marca “Justa Trama” (*op. cit.*, p. 107).

A partir de 2006, iniciou-se o processo de mobilização rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária, com o tema Outra Economia Construindo Outros Desenvolvimentos. O objetivo desse evento foi a reestruturação do FBES, inclusive com a definição das estratégias prioritárias de ação para o triênio 2009-2011. Sua preparação compreendeu quatro etapas durante quase dois anos. Na primeira, foram realizados encontros estaduais e regionais, denominados Por um Novo Modelo de Organização da Economia Solidária, em que foram discutidas a natureza e a estrutura do fórum. Na segunda, ocorreu a sistematização dos resultados desses encontros, destacando-se a estrutura e os eixos a serem debatidos e encaminhados na IV PNES. A terceira consistiu na realização das caravanas rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária, com cinco seminários regionais, aprofundando-se questões levantadas nos encontros anteriores. Por fim, na quarta etapa, ocorreram as plenárias estaduais, balizadas pelo *Documento de Aprofundamento aos Debates*, que compilava os eixos e as questões para o FBES (Santos, 2014).

A partir desses debates, foi organizado o documento-base da IV PNES, que ocorreu em março de 2008, em Luiziânia-GO, e reuniu aproximadamente quatrocentas pessoas. Entre os diversos pontos de discussão, ressalta-se a questão da definição da natureza organizacional do FBES diante do movimento de economia solidária. Por fim, foi deliberado que esse fórum seria considerado um instrumento

7. Outras participações do FBES em encontros e mobilizações de escala internacional: III Encontro Latino-americano de Economia Solidária e Comércio Justo (Uruguai, 2008); VIII Encontro do Espaço Mercosul Solidário (Paraguai, 2008); IV Encontro de Mundialização da Solidariedade (Luxemburgo, 2009); IV Encontro Latino-americano de Economia Solidária e Comércio Justo (Colômbia, 2010); e Fórum Internacional de Economia Social e Solidária (Canadá, 2011).

e espaço de articulação para o conjunto de atores envolvidos na temática da economia solidária (FBES, 2008). Esse debate retornaria posteriormente em 2012, na plenária seguinte.

Em termos estratégicos, foi decidido que, primeiramente, caberia ao FBES, a fim de cumprir sua função, a representação, a articulação e a incidência na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas de economia solidária, bem como no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais, ampliando as redes de conexão e inserindo-se no conjunto de lutas e reivindicações sociais. Segundo, ressaltou-se a necessidade de atuar no apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária, a partir de suas bases.

Houve ainda a definição de uma série de diretrizes para o reconhecimento de um empreendimento de economia solidária. Os critérios elencados, mais que diferenciá-los com relação a outras iniciativas econômicas, surgiram como ideais a serem internalizados pelos próprios empreendimentos, ou seja, compor seus quadros interpretativos. Os critérios aprovados na plenária foram:

- são [iniciativas] coletivas (singulares e complexas), tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários;
- seus participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real. A forma jurídica não é o mais fundamental, mas sim a autogestão;
- no caso de associações sem fins lucrativos, estas devem possuir atividade(s) econômica(s) definida(s) em seus objetivos;
- são organizações regulares, que estão em funcionamento, e organizações que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;
- são organizações que respeitem os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, portadores de necessidades especiais; que abominem toda a forma de violência contra mulheres, crianças, índios, negros(as); e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades;

- são organizações que respeitem o direito de trabalhadores(as) e não explorem o trabalho infantil, considerando exploração o trabalho forçado e coagido e não a transmissão de saberes tradicionais entre pai, mãe e filhos na agricultura familiar;
- são organizações que valorizam o compartilhamento, entre homens e mulheres, do trabalho reprodutivo e do cuidado com as pessoas;
- são organizações que respeitem critérios ambientais nas suas atividades econômicas, buscando a priorização da conservação ambiental e o desenvolvimento humano (FBES, 2008, p. 43).

No que diz respeito à estrutura e ao funcionamento do FBES, mantiveram-se os três segmentos de representação (empreendimentos associativos, entidades de assessoria e gestores públicos), assim como as instâncias constituintes; no caso, os fóruns estaduais e municipais. Além disso, foram definidas sete plataformas de ação que passaram a balizar suas estratégias mobilizatórias: finanças solidárias; marco legal; educação; comunicação; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento; e organização social.

As relações com outros atores da sociedade civil, cuja prática convergia com o paradigma da economia solidária, tornaram-se prioridade, assim como articulações internacionais, fundamentalmente na América Latina. Outra preocupação foi a busca por sustentabilidade dos fóruns, por meio de estratégias de autofinanciamento, captação de recursos públicos e cooperação internacional (Costa, 2003).

Ainda nesse encontro foi definido que a PNEs do FBES seria a instância máxima de deliberação do fórum, em que se aprovariam as diretrizes de orientação para a Coordenação Executiva e a Coordenação Nacional do FBES, que manteriam a sistemática de duas reuniões anuais. Também foram estipulados, pela primeira vez, critérios para a participação de entidades e redes nacionais na estrutura do fórum, sendo consideradas aquelas com presença em estados, regiões e municípios, com capilaridade em diferentes territórios. Nesse caso, para que uma entidade integrasse a Coordenação Nacional do FBES teria de, obrigatoriamente, estar atuando em pelo menos sete fóruns estaduais (FBES, 2008).

A maior polêmica quanto a esse ponto era de que parte das entidades ligadas historicamente ao GT Brasileiro de Economia Solidária não possuíam uma atuação nos fóruns estaduais. Assim, reduziu-se drasticamente o número de entidades na estrutura do FBES, de dezesseis para cinco, permanecendo: União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); Cáritas brasileira; Instituto Marista de Solidariedade (IMS); Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e Rede Unitrabalho. Os gestores públicos passaram a integrar a Coordenação Nacional do FBES com dois representantes de cada uma das cinco regiões, devendo ser indicados pela Rede Nacional de Gestores Públicos em Economia Solidária.

A IV PNES possibilitou um amadurecimento organizacional do movimento de economia solidária no Brasil, em meio a um contexto de avanços institucionais que forçou o FBES e suas instancias estaduais a terem um papel político cada vez mais estratégico diante das novas demandas e espaços de diálogos. Em síntese, as estratégias definidas como prioritárias para o triênio (2009-2011) foram as seguintes.

- 1) Fortalecimento político, organizacional e sustentabilidade financeira dos fóruns estaduais, microrregionais e municipais, com vistas a uma maior integração e interiorização do movimento.
- 2) Consolidação dos empreendimentos a partir de redes e cadeias no campo da produção, da comercialização, da logística, do consumo e das finanças solidárias.
- 3) Maior incidência do movimento nas políticas públicas com interface com os princípios da economia solidária.
- 4) Articulações internacionais, fundamentalmente na América Latina, para estreitar relações com outros movimentos e atores da sociedade civil (Costa e Jesus, 2017).

Nos anos seguintes, o FBES esteve presente em diversas atividades e mobilizações em defesa de temas e questões diretamente correlatas, tais como segurança alimentar, agroecologia, direitos sociais, entre outros. Para consolidar essa articulação interorganizacional e unificar pautas comuns de luta, foi organizado, em setembro de 2011, o Encontro de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar e Economia Solidária,<sup>8</sup> com a presença de várias entidades, que culminou no encaminhamento da *Carta Política* ao governo federal. Ressalta-se ainda a participação ativa do FBES na elaboração da II Conaes, que ocorreu em Brasília, em 2010 (Silva, Cunha e Silva, 2018).

Daí é possível perceber que a formação de uma identidade nacional do movimento de economia solidária transcendeu um processo socioeconômico do cotidiano de trabalhadores e suas experiências locais. Embora o trabalho siga como dimensão central na formação dessa identidade, o movimento orienta-se também por temáticas sociais que ultrapassam o espaço restrito do trabalho, com base em suas estratégias de classe e lutas por cidadania e dignidade, aglutinando, por exemplo, questões raciais e de gênero, que são características tanto dos “novos” movimentos sociais como da “tradução intercultural” proposta pela SA&SE.

---

8. Além do FBES, o evento foi convocado pelas seguintes redes: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), Marcha Mundial das Mulheres (MMM); e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

### 4.3 Terceira fase: novos desafios organizacionais

Em 2011, logo no primeiro ano de governo da então presidenta Dilma Rousseff, houve um tensionamento que levou a uma nova mobilização nacional, quando chegou ao Congresso o PL nº 865/2011, propondo a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, que incorporaria a Senaes. Isso contrariou boa parte das organizações ligadas ao FBES. Os fóruns estaduais organizaram 23 audiências públicas para a discussão da proposta, entre maio e junho de 2011, e uma audiência pública nacional. Ao todo, a mobilização contou com a participação de 2.500 pessoas. Segundo Costa e Jesus:

nas audiências, atores da economia solidária, em sua maioria, reafirmaram as diferenças em relação às micro e pequenas empresas, especialmente quanto às estratégias de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. Buscou-se ressaltar que os empreendimentos atuam sob o caráter de emancipação social e, também, lutam contra a pobreza, destacando suas articulações com outros temas como agroecologia, segurança alimentar, saúde mental, moradia urbana, entre outros. O FBES também recebeu apoio de diferentes instituições contra tal proposta, inclusive em âmbito internacional (Costa e Jesus, 2017, p. 258).

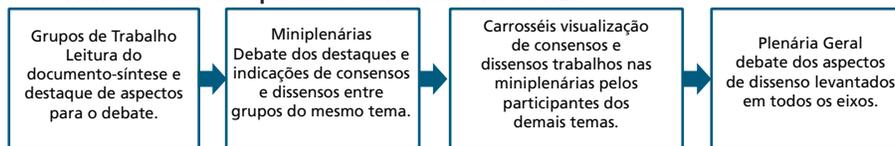
Ao fim, o FBES encaminhou à presidência o *Documento de Negociação do Movimento de Economia Solidária com o Governo Federal sobre o PL 865*, repudiando a proposta (Nagem e Jesus, 2013). O pedido foi atendido, e a estrutura da Senaes manteve-se no então MTE.

Para manter o ímpeto e posicionar-se diante dos novos desafios, a coordenação do FBES decidiu pela realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária (V PNES), em 2012, dez anos da realização da I PNES. Durante sua jornada de preparação, foram realizadas 191 plenárias territoriais – entre abril e agosto de 2012 –, 27 plenárias estaduais – entre julho e outubro –, cinco plenárias regionais – entre abril e maio – e duas plenárias temáticas – cujos temas foram educação e finanças solidárias. Ao todo, participaram cerca de dez mil pessoas (FBES, 2012a; Silva, Cunha e Silva, 2018).

Os debates ao longo da V PNES foram organizados em três eixos: *i*) orientação política; *ii*) orientação das ações estratégicas; e *iii*) organicidade do movimento (figura 1). Além de GTs, miniplenárias e plenárias gerais, houve a realização de mesas de debate político e formação, que contaram com a presença de representantes de movimentos sociais, acadêmicos e militantes, que discutiram temas como: bem viver; economia verde; movimentos sociais; e economia solidária.

FIGURA 1

## Fluxo de debates e processo deliberativo na V PNES



Fonte: FBES (2012a).

As atividades preparatórias, diferentemente das plenárias anteriores, contaram com a participação de organizações de distintas áreas de atuação, com destaque para os movimentos feministas, sindical, de agricultura familiar e reforma agrária, de catadores de material reciclável, indígenas, de cultura e educação popular, de pescadores, de quilombolas, de agroecologia, de moradia, de saúde mental, de deficientes, de desempregados, de pastorais, pela democratização da comunicação e de juventude (FBES, 2012a). No intuito de aproximar e construir agendas comuns de luta, ocorreu durante a plenária a mesa temática Movimentos Sociais no Brasil.

As proposições elaboradas nos eventos preparatórios foram sistematizadas em dois documentos de orientação.<sup>9</sup> A etapa final ocorreu em dezembro de 2012, com o tema Bem viver, Cooperação e a Autogestão para um Desenvolvimento Justo e Solidário. Estiveram presentes cerca de seiscentas pessoas de todas as regiões do país (FBES, 2012b).

A V PNES manteve a natureza organizativa vigente do FBES, ou seja, como instrumento do movimento, um espaço que articula diversos atores desse campo no Brasil. No encerramento, houve um ato político com o lançamento da *Carta Política* da plenária, que reforçou os princípios do trabalho autogestionário e do ideal de desenvolvimento territorial sustentável e igualitário – com respeito à diversidade –, vindos desde os primórdios do movimento cooperativista internacional. Pela carta, é possível identificar elementos relevantes para a construção de quadros interpretativos orientadores da ação coletiva do movimento de economia solidária no Brasil:

na nossa V Plenária afirmamos que a Economia Solidária é um contraponto ao Capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente, e não com os lucros. Com isso, entendemos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando a diversidade de raça, orientação sexual, gerações, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, comunidades estrangeiras e garantir a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos destas pessoas (...). Mesmo com

9. "Em abril de 2012, a Comissão Organizadora Nacional da V Plenária divulgou os dois documentos provocadores para a construção das plenárias preparatórias: Documento 1 - orientações gerais e metodologia e Documento 2 - questões orientadoras para as plenárias locais e estaduais" (FBES, 2012a, p. 6).

práticas isoladas, cada movimento vem fazendo a sua parte em prol de uma nova sociedade. Acreditamos que a convergência de nossas ações só poderá nos fortalecer na consolidação de uma economia que já acontece, mas é pouco reconhecida e apoiada pelo Estado (FBES, 2012a, p. 28).

O documento final do evento trouxe algumas inovações importantes, tanto em relação às plenárias anteriores quanto ao posicionamento do FBES na Conaes. Houve maior detalhamento sobre diferentes temáticas, como cultura política, economia popular, territorialidade e diversidade social, que compõem o movimento social em defesa da economia solidária, enfatizando seu papel como uma nova diretriz de atuação do Estado no campo da geração de trabalho e renda (Ipea, 2014). Novamente, a preocupação em delimitar os aspectos de constituição da identidade coletiva do movimento esteve presente, como demonstra essa passagem do relatório:

Para fortalecer nossa identidade, é fundamental aliarmos dois movimentos. O primeiro tem como foco gerar o reconhecimento a partir da vivência, do cotidiano e das culturas locais. Nesse sentido, é necessário que seja feito um resgate da história e das tradições locais, encontrando e trabalhando os elementos que possam servir de referência. O segundo movimento é buscarmos estratégias para criarmos e consolidarmos as relações entre aqueles(as) que atuam neste território, com os princípios e valores da Economia Solidária. Para ambos os movimentos é importante que esse processo de construção da identidade passe pelo envolvimento em ações práticas, seja na Economia Solidária, seja em estratégias mais amplas de luta por pautas de interesse comum. A vivência das experiências e a cumplicidade na luta são elementos potentes para a criação, desenvolvimento e fortalecimento da identidade de um grupo em torno de elementos comuns, na superação de divergências e disputas no território. A clareza do que nos une no local e nos valores é o que possibilita ampliarmos a adesão ao movimento de Economia Solidária pelas pessoas que compartilham a mesma realidade e os mesmos valores (FBES, 2013, p. 52).

#### **4.4 Um momento de inflexão?**

A V PNEs ocorreu, portanto, em um momento de otimismo por parte do movimento de manutenção e até mesmo de valorização da temática da economia solidária na agenda governamental, em que pese a relação de certa tensão que vinha ocorrendo com o comando da Senaes. Esse sentimento acompanhou também a III Conaes, em novembro de 2014, com forte protagonismo da sociedade civil (Silva e Silva, 2015). Também estava para ser encerrada a pesquisa do novo mapeamento nacional que apresentaria novos números sobre o universo da economia solidária no país, bastante aguardada pelas organizações (Gaiger, 2014; Silva, 2017). Porém, o que ninguém poderia prever à época é que o contexto de oportunidades políticas, que vinha sendo de certa maneira favorável desde a eleição do presidente Lula em 2002, pudesse se alterar de forma tão abrupta nos anos seguintes. O FBES passou a ter dificuldades financeiras para manter sua estrutura, sobretudo para a manutenção de sua sede física, o funcionamento de sua secretaria executiva e as despesas de deslocamento dos participantes das reuniões da coordenação executiva.

As chamadas “jornadas de junho” de 2013, nas quais uma onda de protestos de massa sacudiu o país com uma pauta bastante difusa de contestações, desestabilizaram o poder político central e abriu brechas para novos arranjos e modificações na agenda governamental. A desestabilização atingiu também a economia, sobretudo a partir de 2014, o que comprometeu profundamente a capacidade do gasto público em programas sociais e estruturais. Ainda assim, a então presidenta Dilma Rousseff foi reeleita no final de 2014, mas o cenário de instabilidade não melhorou. Ao contrário, aprofundou-se, culminando em recessão econômica, desestruturação do mercado de trabalho e, no plano político, no *impeachment* da presidenta no início de 2016, em processo bastante conturbado.

Sem transpor a barreira da mera descrição desses fatos tão complexos, o importante é que mudanças abruptas na trajetória (macro) política do país afetam as estratégias de grupos e coalizões de interesse. Nesse momento, movimentos com menor estrutura de recursos tendem a ter pouca autonomia e capacidade de confrontação, o que pode levar a uma fragmentação – ainda que não definitiva – de sua base social. Isto é, as redes internas que lhe compõem são obrigadas a gastar uma energia maior para defender os temas que lhes são mais diretamente relacionados, arrefecendo assim a capacidade mobilizatória em torno de temas mais difusos. Uma leitura rápida e ainda desprovida de maior rigor parece mostrar que essa é uma narrativa possível para explicar, ao menos em parte, o que ocorreu com o movimento de economia solidária no Brasil em meio à crise recente.

Contudo, dois pontos podem ser destacados. Primeiramente, isso não deslegitima nem apaga todo o processo de mobilização social que deu materialidade ao paradigma da economia solidária enquanto elemento mobilizatório para uma pluralidade de organizações sociais. O aprendizado social proporcionado ao longo de toda essa trajetória, conforme sistematizado neste texto, demonstra que o movimento soube intercalar diferentes repertórios de ação coletiva e estratégias de interação com o poder público proporcionando à temática da economia solidária uma institucionalidade que não havia à época da I PNES em 2002. Avanços e refluxos são situações normais da própria dinâmica social, sobretudo quando se tem em vista um instrumento que envolve em torno de si uma miríade tão complexa de atores. Nesse sentido, como bem ressaltado por Hespanha e Santos:

(...) as iniciativas de economia solidária têm de ser encaradas como resultantes de um processo ou trajetória mais ou menos sinuosa, com avanços e recuos resultantes não só de um jogo complexo de forças que condicionam essas iniciativas, mas também do surgimento de novos fatores que vêm alterar os equilíbrios já conseguidos, como sejam, por exemplo, uma crise econômica ou uma nova orientação nas políticas públicas (Hespanha e Santos, 2016, p. 48).

O segundo ponto é que, apesar da visível inflexão mobilizatória do movimento nacional de economia solidária, materializada na agenda e nos repertórios de ação do

FBES, algumas de suas principais redes integrantes seguem suas agendas próprias de mobilização, em defesa dos princípios da economia solidária em associação a grupos e projetos específicos. Entre os exemplos, pode-se citar a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, a Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito Solidário (Confesol), o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), a Rede Brasileira de Incubadoras Universitárias de Cooperativas, entre outros agentes de atuação nacional. Ou seja, a base social que compõe o movimento brasileiro de economia solidária permanece em operação, aliando-se em contextos particulares a outros movimentos na defesa de suas plataformas de luta.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária no Brasil, conforme debatido neste trabalho, consolidou-se nos últimos anos como um paradigma de mobilização social que envolve diferentes reivindicações e projetos de grupos contra-hegemônicos na sociedade, unidos fundamentalmente pela defesa da prática da autogestão e da valorização do trabalho associativo. Tal paradigma aponta para a consideração e a valorização de outras racionalidades ou “ecologias de saberes” que também povoam o universo das relações econômicas, em perspectiva plural da economia.

Nesse sentido, movimentos que lutam pelo direito ao território (ribeirinhos, quilombolas e indígenas), pela reforma agrária, pela soberania alimentar, pela agroecologia, pela valorização do trabalho feminino, por direitos sociais, entre muitos outros, compartilham em diferentes modulações de valores e diretrizes que compõem seus quadros interpretativos. A partir desses elementos comuns, abre-se a possibilidade de processos de tradução intercultural para a formação de coletividades mais complexas, mobilizados em diferentes repertórios organizacionais, tais como as redes, os fóruns, os encontros e outros tipos de articulações fundamentais para a dinâmica dos movimentos sociais. E, como em um ambiente democrático há adensamento das relações interativas entre Estado e sociedade civil, as EOPs são variáveis contextuais de grande poder explicativo na análise das estratégias de ação de movimentos sociais em rede.

O caso da trajetória do movimento social de economia solidária permitiu observar e problematizar todos esses conceitos dispersos nas distintas teorias dos movimentos sociais existentes. Trata-se, portanto, de um movimento composto por identidades distintas, conectadas em torno de princípios comuns de organização econômica e reprodução ampliada da vida. A pesquisa permitiu identificar um repertório diversificado de rotinas de ação coletiva e um padrão de interação com o poder público bem ativo, aproveitando-se de oportunidades políticas contextuais importantes, sobretudo com relação a governos permeáveis a essas ideias em suas agendas.

Além disso, foi possível também observar o quão complexo é o desafio de se manter uma estrutura organizacional em nível nacional; sobretudo nesse caso estudado, em que os elementos de ligação por parte de seus integrantes (empresendimentos, entidades de assessoria e gestores públicos) são difusos, embora compartilhem de princípios comuns que orientam suas energias organizacionais. Por tais motivos, a reprodução de uma estrutura nacional dessa natureza exige constante reinvenção, criatividade e adensamento de parcerias comprometidas com seus valores coletivos.

Ademais, é preciso ressaltar que um movimento tão heterogêneo quanto o da economia solidária está sempre sujeito a fragmentações, bem como à redefinição de identidades internas, de ideais e propósitos de ação. Quando isso ocorre, os perfis dos seus integrantes e os padrões de parcerias e articulações externas alteram-se, acarretando novos rumos e ressignificações. Os próprios projetos políticos podem ser alterados, ao menos enquanto tática móvel de ação, até mesmo porque estes não podem ser considerados como peças estanques, impermeáveis a novas ideias e perspectivas. Essas alterações são determinadas no decorrer da própria trajetória de construção dos movimentos sociais, cuja dinâmica não apresenta tendências lineares de evolução e são altamente dependentes – embora não condicionados por completo – de contextos históricos e arranjos institucionais específicos.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. L.; SILVA, S. P. Participação social em políticas públicas de economia solidária. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília, n. 54, p. 93-100, fev. 2013.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AVELINO, D. P.; FONSECA, I. F. CF 30 anos: soberania popular e participação social. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. (Org.). **30 anos da Constituição Federal brasileira**: notas de um obituario precoce (1988-2018). Brasília: Plataforma de Política Social, 2018.
- BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortêz, 2006.
- BERTUCCI, J. O. A política de economia solidária e as diretrizes da Conaes. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília, n. 43, p. 49-57, maio 2010.

BRANDÃO, L. C. A literatura sobre movimentos sociais. **Revista BIB**. São Paulo, n. 71, p. 123-143, 2011.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

COSTA, B. L. A política pública de economia solidária no Brasil. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 39., 2003, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago: Alas, 2003.

COSTA, B. L.; JESUS, P. A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p. 241-264, 2017.

CUNHA, G. C. Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). **Sociologia e Estado**. Brasília, v. 27, n. 2, maio/ago. 2012.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

EVANS, P. Além da “monocultura institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 20-63, jan./jun. 2003.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11-23, abr. 1984.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Ata da III Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relatório da III Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2008.

\_\_\_\_\_. **Documento-base da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2012a.

\_\_\_\_\_. **II Boletim Nacional da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2013.

FRANÇA FILHO, G. *et al.* (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. **A economia solidária no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

HESPANHA, P.; SANTOS, L. L. O nome e a coisa: sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da economia solidária em Portugal. **Revista de Economia Solidária**, n. 9, p. 22-69, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, v. 17, 2008.

\_\_\_\_\_. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, v. 22, 2014.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, L. S. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, p. 7-31, jan./jun. 2012.

MELLO, R. S. **Economia solidária: de movimento social a objeto de políticas públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. **International Social Movements Research**, v. 1, p. 329-348, 1988.

\_\_\_\_\_. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

NAGEM, F. A.; JESUS, S. A. V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília. n. 54, p. 83-92, 2013.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. **Revista Sociologia: problemas e práticas**, n. 75, p. 131-147, 2014.

OLIVEIRA, T.; SILVA, S. P. Regulação e dinâmica do mercado de trabalho. *In*: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). **A Constituição golpeada: 1988-2018**. São Paulo: Perseu Abramo, 2018.

PICOLOTTO, E. L. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. **Revista Outra Economia**, v. 2, n. 3, p. 74-92, 2008.

POCHMANN, M; BORGES, A. **Era FHC: a regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. **Revista Outra Economia**, v. 8, n. 15, p. 196-209, jul./dic. 2014.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, A. B.; AMORIM, R. S. A experiência da Rede Brasileira de Comercialização Solidária (Rede Comsol). **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília, n. 62, p. 127-137, abr. 2017.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo. **Revista Outra Economia**, v. 4, n. 7, p. 62-82, 2010.

\_\_\_\_\_. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 1945).

\_\_\_\_\_. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: uma análise acerca da experiência brasileira**. Brasília: Ipea, 2018a. (Texto para Discussão, n. 2358).

\_\_\_\_\_. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Brasília: Ipea, 2018b. (Texto para Discussão, n. 2361).

SILVA, S. P. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. Brasília: Ipea, 2018c. (Texto para Discussão, n. 2434).

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1682).

\_\_\_\_\_. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 43, n. 2, p. 309-326, abr./jun. 2012.

SILVA, R. F.; SILVA, S. P. Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL nº 4.685/2012. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília, n. 58, p. 91-100, abr. 2015.

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental**: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2360).

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P. (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

TARROW, S. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

TOURAINÉ, A. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 749-787, 1985.

ZEN, E. L. **Movimentos sociais e questão de classe**: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens. 2007. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARLOS, E. Movimentos sociais e instituições participativas. **RBCS**, v. 30, n. 88, p. 83-98, jun. 2015.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto “de outra mundialização”. **Dados**: revista de ciências sociais, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

SANTOS, A. M. **O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

## APÊNDICE A

## QUADRO A.1

**Síntese dos princípios e da plataforma de lutas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**

O que é a economia solidária – ou a síntese de seus princípios	Resgate da luta histórica dos trabalhadores. Inspirada por valores que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. Alternativa ao desemprego. Propicia a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida. Poderoso instrumento de combate à exclusão social. Não se confunde com o terceiro setor. Fundamento de uma globalização humanizadora e de um desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais.	
Plataforma de lutas – ou conjunto de demandas dirigidas ao Estado e de orientações para a sociedade civil que visam ao reconhecimento e ao avanço da economia solidária no Brasil	Redes de produção, comercialização e consumo	Desenvolver, fortalecer e articular redes de produção e consumo. Criar um portal da economia solidária, apoiando o intercâmbio econômico e de informações. Debater sobre marcas e selos de certificação participativos. Possibilitar a realização de compras pelo Estado. Defender a produção familiar da competição. Organizar cooperativas de consumo e centrais de compras coletivas. Utilizar espaços públicos (ociosos) pela economia solidária.
	Finanças solidárias	Ofertar crédito para comunidades pobres, negras, indígenas, mulheres e portadores de necessidades especiais. Fortalecer e ampliar os serviços e organizações adequadas à economia solidária (moedas sociais, clubes de trocas, aval comunitário, fundos rotativos e cooperativas de crédito). Democratizar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ao Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). Articular o apoio aos empreendimentos solidários à renda mínima. Criar um fundo estatal de apoio à economia solidária e um sistema nacional de finanças solidárias.
	Educação, comunicação, democratização do conhecimento e tecnologia	Incorporar a economia solidária aos currículos escolares. Financiar pesquisas e estímulo à extensão universitária. Capacitar profissionais com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Adotar temas transversais (gênero, raça e etnia) nas capacitações e adequá-las às necessidades das mulheres. Estimular a alfabetização. Submeter o Sistema S a controles e estratégias tripartites. Criar: uma escola nacional de cooperativismo; um sistema de comunicação que sensibilize a sociedade para a economia solidária; e um banco nacional de políticas públicas e experiências bem-sucedidas na área. Desenvolver e difundir tecnologias adequadas. Orientar os diferentes ministérios e órgãos federais a fomentar a economia solidária. Redefinir a política de assistência técnica para empreendimentos urbanos e rurais.
	Marco legal	Promover a articulação para o desenvolvimento de políticas de interesse da economia solidária – como a realização das reformas tributária, previdenciária, trabalhista e fiscal. Lutar: pelo reconhecimento legal e pela difusão das diversas formas de economia solidária; pela tributação adequada dos empreendimentos solidários; pela elaboração de novas leis para o cooperativismo e as falências – facilitando-se a aquisição de empresas por trabalhadores. Aperfeiçoar a fiscalização de empreendimentos autogestionários, com vistas a evitar fraudes trabalhistas.
	Organização social da economia solidária	Criar uma secretaria nacional que elabore políticas (participativas e transversais) de fortalecimento e expansão da economia solidária no país. Promover: a sistematização e a divulgação de mecanismos institucionais que favoreçam a economia solidária; a organização de fóruns por Unidades da Federação (UF); e a representação da economia solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Fonte: FBES (2008; 2013).  
Elaboração do autor.

**REFERÊNCIAS**

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES, 2008.

\_\_\_\_\_. Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES, 2013.